

ARQUEOLOGIA E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO SERRO, ALTO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS - MINERAÇÃO QUE AMEAÇA LUGARES E SABERES TRADICIONAIS

Data de aceite: 01/02/2024

Alenice Maria Motta Baeta

Pós doutora em Arqueologia pela UFMG
Belo Horizonte - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9198596947187784>

Hugo Sales Rafael

Graduando em Arqueologia pela UFMG
Belo Horizonte - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6203555206704803>

RESUMO: A ameaça da implantação de mineradoras vem afligindo de forma severa os moradores quilombolas e demais habitantes do município do Serro, em especial no vale do rio do Peixe e terras altas no entorno do Pico do Itambé, alto vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Com importantes ambientes socioespaciais, hídricos e paisagísticos, a região já sofre com a escassez hídrica periódica e há riscos graves caso prossigam processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, pois territórios históricos de povos e comunidades tradicionais - protegidos por uma gama de leis e normas patrimoniais - seriam mutilados de forma irreparável. Os territórios necessitavam então de estudos urgentes sobre a sua biodiversidade, incluindo os

seus bens culturais, materiais e imateriais, respeitando as exegeses e demandas comunitárias. Com o apoio do MPMG, o Projeto Quilombo Vivo realizou diversas ações nesse sentido, desenvolvendo atividades articuladas às reivindicações das comunidades locais. Neste eixo, relacionado ao registro e valorização de bens culturais e arqueológicos, foram elencadas metodologias etnográficas e participativas, priorizando as perspectivas dos moradores sobre seus próprios territórios, através de uma arqueologia comprometida com a defesa dos territórios tradicionais, frente a ameaça de expansão de atividades degradantes. A pesquisa resultou na produção de um extenso material, incluindo filmes documentais, etnomapas e inventários de centenas de bens patrimoniais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Comunidades Tradicionais; Documentação

ARCHAEOLOGY AND QUILOMBOLA TERRITORIES IN SERRO, ALTO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS - TRADITIONAL KNOWLEDGE AND PLACES THREATENED BY MINING VENTURES

ABSTRACT: The looming threat of mining ventures has profoundly impacted the residents of Quilombola communities and other inhabitants in the municipality of Serro, particularly in the Rio do Peixe valley and the highlands surrounding Pico do Itambé, situated in the upper Jequitinhonha River valley, in Minas Gerais, Brazil. With significant socio-spatial, water, and landscape implications, the region is already grappling with periodic water scarcity. There are grave risks if the ambient licensing processes for mining projects persist, as the historical territories of peoples and traditional communities, protected by a spectrum of heritage laws and regulations, would suffer irreparable damage. Urgent studies were required for these territories, delving into their biodiversity, encompassing cultural, material, and intangible assets, all while respecting community interpretations and demands. Under the auspices of the Minas Gerais Prosecution Office (MPMG), the Quilombo Vivo Project undertook various initiatives in this direction, developing activities according to particular demands within each of the local communities. In this stride, focused on the documentation and valorization of cultural and archaeological assets, ethnographic and participatory methodologies were employed, prioritizing residents' perspectives on their own territories. This approach embodied an archaeology committed to the protection of traditional territories against the expansion of degrading activities. The research culminated in the development of broad content, including a montage of films recorded during the field work, ethno-sketched maps, and documentation of hundreds of heritage assets.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Traditional Communities; Documentation

1 | INTRODUÇÃO

A ameaça da implantação de mineradoras vem afligindo de forma severa os moradores quilombolas e demais habitantes do município do Serro, em especial no vale do rio do Peixe e terras altas no entorno do Pico do Itambé, alto vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Com importantes ambientes socioespaciais, hídricos e paisagísticos, a região já sofre com a escassez hídrica periódica e há riscos graves caso prossigam processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, pois territórios históricos de povos e comunidades tradicionais, protegidos por um amplo conjunto de leis e normas patrimoniais, seriam mutilados de forma irreparável. Os territórios necessitavam então de estudos urgentes sobre a sua biodiversidade, incluindo os seus bens culturais, materiais e imateriais, respeitando as exegeses e demandas comunitárias. Com o apoio do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Federação Quilombola de Minas Gerais, o Projeto Quilombo Vivo realizou diversas ações nesse sentido, desenvolvendo atividades articuladas às reivindicações das comunidades locais.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Neste eixo do projeto Quilombo Vivo, voltado para o apoio de programas de desenvolvimento de atividades de base cultural, ecológica e solidária para a geração de emprego e renda das comunidades quilombolas e rurais, o nosso trabalho foi subsidiar na perspectiva do registro, pesquisa e valorização de bens culturais e arqueológicos. É reportado que além de possuir recargas hídricas imprescindíveis para o bem viver de sua população, como a do vale do rio do Peixe e nascentes do rio Jequitinhonha, a região do município do Serro é imbuída de grande importância patrimonial, com grande valor cênico e paisagístico, além da tradicionalidade dos territórios das populações negras rurais e descendentes quilombolas. Há na região diversas cavernas, sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos, ambientes sagrados e de referência sociocultural com testemunhos e vestígios materiais do passado de grande significado etno histórico e memorial, tratando-se de verdadeiros museus de acervo tradicional a céu aberto, tanto no âmbito material, quanto imaterial. Apesar disso, deve ser salientado que mineradoras ainda insistem em elaborar estudos ou laudos, entregues aos órgãos ambientais e patrimoniais, visando o licenciamento ambiental de seus empreendimentos, cujos conteúdos não condizem com levantamentos, potencialidades, análises de especialistas e de pesquisadores independentes, o que reforça a necessidade de projetos de fortalecimento das comunidades tradicionais locais. Neste sentido, foram desenvolvidas metodologias etnográficas e participativas, priorizando as perspectivas dos habitantes sobre seus lugares, através de uma arqueologia comprometida com a defesa dos territórios tradicionais frente à ameaça de expansão de atividades degradantes. Os trabalhos foram realizados em dez comunidades, dentre elas: Barra da Cega; Serra da Bicha; Bica D'Água de Cima; Bica D'Água de Baixo; Jacutinga; Gameleira; Mumbaça; Floriano; Cardoso e Amaral, todas indicadas através de um processo participativo, de acordo com procedimentos de consulta junto ao comitê gestor do projeto.

2.1 Visita aos lugares de memórias

Os trabalhos de campo se basearam na realização de percepções ambientais dos territórios, pesquisas orais, escutas e entrevistas junto aos moradores das comunidades quilombolas. As entrevistas tiveram como suporte um roteiro pré-elaborado pela equipe somente para balizar as abordagens iniciais. Paulatinamente, o roteiro de entrevistas e as abordagens foram sendo reorganizados e modelados a partir das realidades impostas pelo próprio cotidiano e vivências dos lugares, numa perspectiva freiriana, pode-se afirmar: “A cabeça pensa onde os pés pisam.” (Frei Beto, 2002).



Imagem 1- Ruínas de antigo núcleo da Fazenda do Curral, durante visita a lugares de memória com a comunidade de Cardoso do município Serro, em Minas Gerais. Foto: Hugo Sales, 2022.

Na perspectiva do registro dos bens culturais indicados pelas comunidades, foram elaboradas previamente fichas para as atividades de campo, que sofreram eventuais ajustes durante a realização das entrevistas, o que parece construtivo, pois trata-se de um projeto de interesse comunitário, respeitando as distintas óticas, lógicas e saberes a respeito desta temática. A ficha foi adequada para melhor registrar e representar os dados indicados, o conteúdo e a diversidade de informações coletadas nas entrevistas, escutas e conversas.



Imagem 2- Abrigo conhecido como “Lapão” durante visita a lugares de memória na comunidade Jacutinga. Serro, Minas Gerais. Foto: Hugo Sales, 2022.

2.2 Oficinas de etnomapas

“ETNOMAPAS - Construindo mapas dos Territórios Tradicionais”

A utilização da cartografia social visando a elaboração de mapas mentais de territórios é uma forma de representação visual de imagens cognitivas e vivenciais que registra visões que são guardadas de lugares ancestrais e de referência históricas ao longo de uma vida. Destaca-se que os mapas mentais não seguem os critérios ou rigores da cartografia técnica e das convenções geográficas oficiais.

A proposição de abordagem foi suscitar a interpretação livre, participativa e integrada de membros das comunidades considerando a interpretação de representantes de marcadores sociais da diferença, dentre eles: crianças, idosos, guardiões, jovens e mulheres, LGBTQI+ sobre os seus territórios nas oficinas. Revelaram-se de forma diferenciada e particular as relações de vizinhança, comunitárias, territorialidades, valores culturais, ambientes sagrados, tecnologias, relações afetivas, olfativas, lugares de lazer, cachoeiras, lembranças, histórias.

Portanto, a produção de etnomapas mentais na percepção socioambiental não deveria ser considerada como mero produtos cartográficos, mas formas de comunicar e interpretar conhecimentos ambientais de forma livre e autônoma. (OLIVEIRA, 2011) Tornam-se ainda documentos etnográficos de grande valor histórico.

A pretensão foi propor a elaboração de desenhos e interpretações dos territórios em uma base vazia, ou melhor, sem marcações topográficas e sem escalas, permitindo a fruição das informações e das percepções espaciais livres, quer dizer, sem projeções externas limitadoras. Todavia, importante agregar que na base do inventário do patrimônio cultural de cada comunidade, que também faz parte desta pesquisa, foi registrada à parte a coordenada UTM de cada bem inventariado e indicado em cada comunidade e território, que por sua vez, foi georreferenciado em imagens de satélite do Google Maps. Tais dados podem gerar informações na produção de mapas situacionais específicos e outras modalidades de registros cartográficos.

O sociólogo e economista Henri Acserald tornou-se importante referência neste campo epistemológico com uma vasta e inspiradora produção a respeito. Propõe que no Brasil, as práticas da cartografia social tomaram corpo, a partir da década de 1990 com o processo de politização das apropriações do território marcado, simultaneamente, pelo fortalecimento dos movimentos sociais e pelo avanço do capital neoliberal sobre o mercado de terras. Todavia, já nos anos 80 se fortalecem os debates sobre meio ambiente e justiça social, tendo como pontos fulcrais a constituição de 1988 e a Conferência da ONU em 1992 no Rio de Janeiro, com a articulação de uma nova instância: o Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, por meio da qual procurou-se incorporar a temática ambiental nas agendas sociais de forma mais crítica em busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento. Instalou-se a partir de então, um debate persistente, voltado à construção de pautas comuns e transversais entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, os atingidos por barragens, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os seringueiros, os extrativistas, o movimento indígena e comunidades tradicionais em geral. (ACSERALD, 2008; 2010) No território brasileiro, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner tornou-se importante referencial teórico-metodológico.

Com a expansão do modelo colonialista impulsionado por empreendimentos ligados à produção de *commodities* da mineração e do agronegócio, obras de infraestrutura viária, energética e domínio de aquíferos, há uma forte tendência de aumentar os conflitos territoriais e socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, camponeses e povos originários, causando novas ondas de violência e expropriação dos seus territórios.

O grande desafio dos movimentos sociais e ambientalistas na América Latina e no Brasil tem sido o de engajar-se em campanhas e programas que evocam a “proteção ao meio ambiente” sem desconsiderar as evidentes prioridades da luta contra a pobreza e a desigualdade social ou mostrando-se capaz de responder aos propósitos desenvolvimentistas correntes que almejam a rentabilização de capitais em nome da geração de emprego e renda, arraigando a segregação e a espoliação de territórios e comunidades, expostos a “chantagem locacional dos investimentos” a que são submetidos.

As entidades e os movimentos que começaram, no Brasil a associar sua ação à noção de “justiça ambiental” e a “luta pela terra” inserem-se, por certo, nesse grupo mais combativo, mais envolvido na discussão crítica das políticas públicas do que no assessoramento técnico a governos e empresas, muitas delas voltadas unicamente ao interesse do mercado, mineradoras e do agronegócio. (ACSERALD, 2008;2013)

Segundo Bargas e Cardoso (2015), o adensamento da ação políticas dos movimentos, especialmente do ponto de vista da apropriação territorial, foi oriundo, especialmente, de um contexto jurídico político particular no qual teve destaque a diversidade cultural marcada na pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no contexto da América Latina, que tem por objetivo ser um instrumento de proteção e salvaguarda dos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo-lhes, entre outros, o direito à autoatribuição, autodeclaração, à consulta livre, prévia e informada e de boa fé, bem como, a de participação na tomada de decisões que possam trazer qualquer tipo de dano ou interferência ao seu modo de vida, cultura e territórios.

Com a ratificação da Convenção 169 da OIT em 2002 no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003, vários tipos de técnicas participativas associadas e adaptadas a realidades de projetos e demandas comunitárias, tornam-se ferramentas importantes vigorosas, dentre elas a cartografia social, utilizadas em pesquisas e laudos por parte de profissionais das áreas de antropologia, história, geografia e áreas afins em busca de dar luz e voz aos olhares dos povos e comunidades tradicionais sobre a sua etnohistória, seus territórios, particularidades culturais e diásporas em busca de seus legítimos direitos socioambientais, simbólicos e territoriais.



Imagem 3- Oficina de Etnomapas na comunidade Gameleira. Serro, Minas Gerais. Foto: Hugo Sales, 2022.

O processo de confecção dos mapas perpassa assim, pelo envolvimento prático e simbólico dos atores cartográficos envolvidos, integrantes das comunidades tradicionais focalizadas. Trata-se de um campo de atuação “onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSERALD, 2010:9).

Conforme o escritor sino-americano Yu Fu Tuan (1975 *apud* OLIVEIRA, 2011) os mapas mentais tem as seguintes funções: i) nos preparam para comunicar efetivamente informações espaciais; ii) tornam possível ensaiar comportamento espacial na mente; iii) são dispositivos mnemônicos: quando desejamos memorizar eventos, pessoas e coisas, eles ajudam a saber sua localização; iv) como mapas reais, os mapas mentais são meios de estruturas e armazenar conhecimento. v) eles são mundos imaginários, porque permitem retratar lugares não acessíveis para as pessoas.



Imagem 4- Oficina de Etnomapas na comunidade Bica d'Água de Baixo. Serro, Minas Gerais. Foto: Hugo Sales, 2022.

A cartografia social possibilita assim, a politização dos mapas, e consequentemente dos territórios, segundo Farias Júnior (2010), que antes eram dominados por estratégias tecnicistas controlados por agências governamentais e empresas multinacionais. Nesse sentido, os mapas são incorporados nas lutas sociais pondo em evidência os fatores étnicos, religiosos de gênero e as disputas por recursos naturais.

Os territórios tratados como “espaço-tempo vivido”, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2004).

No contexto do mapeamento e inventário dos bens materiais e imateriais de comunidades tradicionais estes instrumentos, se conjugados qualificam e revelam as suas dimensões etnohistóricas e patrimoniais, tratando-se ainda de uma potente expressão documental acerca dos seus territórios e de suas reverências e valores culturais.

Diversas foram as formas de registros de seus territórios por parte das comunidades. Na Comunidade Bica D'Água preferiram desenhar na areia do quintal as casas, as relações comunitárias e espaciais.



Imagem 5- Oficina de Etnomapas na comunidade Barra da Cega. Serro, Minas Gerais. Foto: Alenice Baeta, 2022.

A comunidade Barra da Cega, por sua vez, preferiu ao final das oficinas bordar todo o seu território com linhas coloridas, tendo em vista o ofício tradicional das suas bordadeiras.

3 | RESULTADOS

Nesse artigo foram focalizados exclusivamente as oficinas de cartografia social e os registros de lugares de memórias indicados nos etnomapas, todavia, a pesquisa resultou na produção de um extenso material, incluindo dez filmes-documentários e inventários de centenas de bens, sem a pretensão de esgotar tais informações, porém, considerando toda a diversidade do patrimônio cultural - artefatos, estruturas, sítios, conjuntos, lugares, modos de vida/saber fazer/ofícios, paisagens, hídricos e demais bens de interesse material e imaterial - dos territórios das comunidades.



Imagem 6- Mapa bordado, resultado da oficina de Etnomapas realizada na comunidade Barra da Cega, Serro, Minas Gerais. Foto: Hugo Sales, 2022.

A realização de oficinas de cartografia social nas comunidades respeitou o conhecimento espacial tradicional, sociocultural, coletivo da terra e a identificação espontânea das suas memórias, lugares e histórias, sítios arqueológicos, colaborando para a organização e articulação comunitária e territorial. Os registros audiovisuais, conjugados com a edição de fotos, etnomapas e desenhos, colaboram ainda para a organização de um acervo documental e imagético inédito, sendo o primeiro no formato coletânea, e os demais, sobre cada comunidade. Espera-se que a amplitude de dados e materiais produzidos, além de incentivar o desenvolvimento de atividades e programas de base cultural, possam também subsidiar publicações temáticas futuras, como cartilhas, livros e também outros projetos visando à proteção dos territórios tradicionais da região do Serro.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, componente do Projeto Quilombo Vivo, foi realizada pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES, com o apoio do Ministério Público de Minas Gerais-MPMG e da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais-N'Golo. Nossos agradecimentos aos moradores e moradoras de Barra da

Cega, Serra da Bicha, Bica D'Água de Cima, Bica D'Água de Baixo, Jacutinga, Gameleira, Mumbaça, Floriano, Cardoso e Amaral.

Conferir vídeos no canal youtube do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES.

REFERÊNCIAS

Conferir vídeos no canal youtube do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES.

ACSELRAD, Henri. Introdução. In: *Cartografias sociais e territórios*. ACSELRAD, Henri (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p. 9-12.

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: *Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. ACSELRAD, Henri (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010, p. 9-46

ACSELRAD, Henri (Org.) *Cartografia social, terra e território*. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

BAETA, Alenice & RAFAEL, Hugo S. Projeto Quilombo Vivo Patrimônio Cultural Eixo 3 Município Serro, MG. (Relatório Final) Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES; Ministério Público de Minas Gerais-MPMG; Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais-N'Golo. Belo Horizonte, 2023. 942 p.

FARIAS JUNIOR, E. de A. Cartografia social e conhecimentos tradicionais associados à reivindicação de territorialidades específicas no baixo Rio Negro: os quilombos do Tambor. *Cadernos de Debates Nova Cartografia Social*, Manaus, V. 1n. 1, p.90-97, 2010.

BARGAS, J. ; CARDOSO, Luís F. *Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra*, Marajó, Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas 10(2), 469-488., 2015.

FREI BETO. 10 conselhos para militantes de esquerda. In: *Latino Americana*, 2002. <https://latinoamericana.org/2002/textos/portugues/BettoPort.htm>

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, L. de. Cartografia Escolar. In: *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TUAN, Y-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores ao meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.